

(Ac.la.T-2962/82)

JW/mas

"O que persegue o empregado é o salário na ação de enquadramento, por desvio da função provado, do que adveio sentença condenatória, por isso a prescrição parcial que só fulmina as prestações periódicas vencidas e não o jus postulandi, à teor do Prejudicado 48."

Revista que não se conhece.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso da Revista Nº TST-RR-4101/81, em que Ü. Recorrente RENDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A. o Recorrido PEDRO ALVES.

"O Regional rejeitou a preliminar de prescrição face ao Prejudicado 48 e, no mérito, deferiu o enquadramento pleiteado no fundamento de ter o reclamante sido desviado de suas funções quando da aplicação do Plano de Classificação de Cargos (fls.93/98).

A empresa recorre da revista, alegando violação do art.11 da CLT e indica arreios a cotejo (fls... 101/104).

Contra-arrazoado (fls.108/109), a doutrina Procuradoria-Geral, pelo parecer do Dr. José Maria Caldeira, opina pelo conhecimento e não provimento do recurso (fls.112)".

E o relatório, na forma regimental.

V O T O

Estou com a ilustrada Procuradoria Geral, pois "o que persegue o empregado é o salário na ação de enquadramento, por desvio da função provado, do que adveio sentença condenatória, por isso a prescrição parcial que só

fulmina as prestações periódicas vencidas e não o jus pos
tulandi, a teor do Prejulgado 48".

Acrescente-se que o desvio ainda permanece, pois o recorrido tem atribuições de um cargo superior, mas recebe salário do cargo inferior. Assim, como mensalista que é, a lesão se afigura continuada quando por ocasião do recebimento de seus salários.

Penso que a tese da reclamada, somente de veria vingar, se "o desvio funcional houvesse cessado mais de dois anos antes da propositura da ação, haja vista que, assim, a lesão não se renovaria e, nesse caso, a prescrição seria absoluta".

Corroborando esse entendimento e o esposado pelo ilustre Ministro Coqueijo Costa, assim se manifestou eminenta Ministro Marco Aurélio Mello de Farias Melo, in verbis:

Mr. Presidente, V.Exa. enfocou muito bem e oportunamente o preceito alusivo à prescrição, em se tratando de diferenças salariais, tendo em vista a garantia assegurada pela legislação pátria de percepção do salário mínimo. No caso, temos um direito inegociável, porquanto assegurado em preceito de ordem pública: nenhum trabalhador poderá perceber - a não ser o aprendiz - menos do que o salário mínimo. Na hipótese, é atacado o enquadramento ocorrido em 1976. As diferenças salariais, se deferidas, serão fruto da correção, pelo Judiciário, desse enquadramento. Ora, a partir da violação do direito, teve o reclamante ação para vir a Juízo reclamar reparação pertinente. A actionnata, citada, da tribuna, pelo ilustre Advogado; a coincidência entre o nascimento da ação e o terço inicial da prescrição, tal matéria já foi, de certa forma, enfrentada por aquele a quem cabe, numa última etapa a interpretação do jus legum, pelo Prefírio Excelso, e temos a Súmula nº 349: "A prescrição atinge somente as prestações de mais de dois anos, reclamadas com fundamento em decisão normativa da Justiça do Trabalho ou em convenção coletiva de trabalho, quando não estiver em causa a própria validade de tais atos". Aqui se discute, ao invés de um direito previsto em decisão normativa ou convenção coletiva, nada menos, nada mais, do que

PROC. N° TST-RF-4101/81

enquadramento. Mas, a hipótese dos autos apresenta uma particularidade, que o ilustre Advogado, antecipando-se, de certa forma, até ao meu pronunciamento, já apontou da tribuna: é que houve o errôneo enquadramento tendo em vista fatos pretéritos. Mas, após esse errôneo enquadramento, persistiu o desvio de função. Portanto, no caso dos autos, a violação se fez mês a mês, após 1976, data do enquadramento. Daí o meu voto, acompanhando o ^{Ministro} Exmo. Sr. Ministro Revisor, que não conhece o recurso por infringência ao art. 11º.

Por tais fundamentos, NÃO CONHEÇO da revisita.

ISTO POSTO,

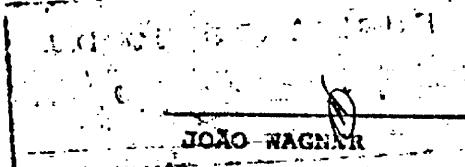
ACORDAM os Ministros da Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por maioria, não conhecer da revisita, vencidos os Exmos. Srs. Ministros Ildélio Martins, relator e Fernando Franco.

Redigirá o acórdão o Exmo. Sr. Ministro João Wagner, revisor.

Brasília, 17 de agosto de 1982.

Presidente

COQUELIO COSTA



Relator
"Ad hoc"

Ciente:

Procurador

JOSÉ MARIA CALDEIRA